



CONCURSO PÚBLICO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO/RO
EDITAL Nº 01/2024

**508 – ANALISTA JURÍDICO
TIPO A**

DOMINGO TARDE

ORIENTAÇÕES

1. Este **Caderno de Prova** contém **50 (cinquenta) questões objetivas**, com **5 (cinco) alternativas cada uma**, sempre na sequência **A, B, C, D, E**, das quais somente uma deve ser assinalada, sem repetição ou falha. Confira-o e, em caso de qualquer problema, informe **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.
2. Após a conferência, assine, no espaço próprio da **Folha de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente. Não **DOBRE**, **AMASSE** ou **MANCHE** a **Folha de Respostas**. Ela **SOMENTE** poderá ser substituída se, no ato da entrega, estiver danificada.
3. A duração da prova será de **04 (quatro) horas**, inclusos, nesse tempo, a distribuição da prova, a leitura das instruções e o preenchimento da Folha de Respostas, sendo responsabilidade do candidato observar os horários estabelecidos.
4. Somente será permitido ao candidato retirar-se definitivamente da sala de prova mediante a **entrega obrigatória de sua Folha de Respostas**, devidamente preenchida e assinada, ao Fiscal.
5. Os candidatos **não poderão** se ausentar da sala ou do local de provas para utilizar os banheiros ou beber água, antes de decorrida **01 (uma) hora** do início ou **15 (quinze) minutos** antes do término.
6. Ao término do prazo estabelecido para a prova, os **03 (três) últimos candidatos** deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar a **Ata de Sala**, atestando a idoneidade da fiscalização das provas, e somente poderão deixar o local de provas juntos, não sendo possível nem mesmo a utilização do banheiro e bebedouro.
7. Os candidatos **PODERÃO** levar consigo o Caderno de Questões somente faltando 30 (trinta) minutos para o término da prova.
8. O gabarito estará disponível no endereço eletrônico **ibgpconcursos.com.br** no dia **01/02/2026** a partir das **20h**.

A Comissão Examinadora do IBGP Concursos deseja-lhe uma boa prova!



INSTRUÇÃO: Leia o texto a seguir para responder às questões de **01 a 10**.

Da arte de falar mal

Durante anos, mantive no *Correio da Manhã*, num canto da capa do segundo caderno, um espaço assim intitulado: "Da arte de falar mal". Até hoje me perguntam a razão de uma rubrica que, entre outras coisas, me levou para a prisão seis vezes por delito de opinião. Num dos interrogatórios a que fui submetido, o coronel que presidia o IPM (Inquérito Policial Militar) quis saber por que eu falava tão mal do regime militar que então se instalava. Eu respondi que não podia mudar o título da minha coluna, falando bem de qualquer coisa.

Mas a ideia do título não foi minha. Devo-a a Maura Caçado Lopes, colega no suplemento dominical do *Jornal do Brasil*, um caderno dedicado às artes, que, depois de algum tempo, já em sua fase terminal, saía pontualmente aos sábados. Ela escrevia contos maravilhosos, chamou a atenção das editoras, teve dois livros publicados, que receberam crítica consagradora. *Hospício É Deus* foi colocado à altura de Clarice Lispector, que aliás a admirava. Escreveu também *O Sofredor do Ver* – um dos melhores que já li em minha vida.

Maura namorava Luiz Reis, o Cabeleira, parceiro de Haroldo Barbosa em "Cara de Palhaço" e "Momentos São", dois sucessos absolutos daquela época, gravados por Elizeth Cardoso. Um dia, quis sair comigo. Eu tinha uma Hudson conversível, ela me perguntou se eu era rico, se eu podia comprar um navio. Respondi que sim – e ela colocou essa cena em seu romance, com meu nome e tudo.

Mas foi nessa mesma tarde que ela me fez parar na Urca, diante da baía que entardecia, e me explicou: "Chamei você para falarmos mal de todo mundo. Falar mal é uma arte".

Nem lembro mais de quem falamos mal. Creio que não tenha escapado ninguém, a começar pelo pessoal do *JB*: Décio Pignatari, Reynaldo Jardim, Ferreira Gullar, Oliveira Bastos, Walmir Ayala, Mário Pedrosa, Carlinhos de Oliveira, os irmãos Campos, José Lino Grünewald, Assis Brasil, José Louzeiro, não abrimos exceção nem para o doce Mário Faustino, que havia morrido dias antes. Todos nossos amigos, amigos queridos por sinal.

Mais ou menos na mesma época, recebi recado de um vizinho do Posto 6 que estava gripado, ardendo em febre, mas queria me ver. Ele não tinha carro e eu guardava o meu na vaga de sua garagem; nunca me cobrou aluguel nem carona, pois adorava andar de ônibus.

Fui. Encontrei-o na cama, lendo um troço complicado que depois vim a saber que era a gramática de um dialeto do Vietnã. Embaixador aposentado, escritor de sucesso, ele gostava de aprender coisas inúteis e com elas escrevia obras-primas.

– Estou aqui – disse. – Algum recado?

– Não. Há dias que não falo mal de ninguém. Chamei-o para isso.

Três horas depois, já sem febre, ele me levou até a porta de seu apartamento. Com os olhos de gato acesos, olhou-me severamente e, com o orgulho que lhe era próprio (referia-se a si mesmo sempre na terceira pessoa), admitiu:

– Puxa! Como falamos mal de todo mundo!

Morreria em breve, poucas horas depois de um discurso que levou mais de três anos para ter coragem de fazer e no qual só falou bem dos outros. Acho que o sacrifício lhe custou a vida.

Foi ele que me ensinou a regra fundamental da arte de falar mal: "Só fale mal dos ausentes, nunca dos presentes". Pode parecer uma obviedade. Mas o meu amigo e vizinho era também acusado de obviedades geniais em sua obra literária. Uma de suas frases mais famosas ainda é citada: "Viver é muito perigoso".

Pulando no tempo que pulou sobre todos. Morreu o jornal em que trabalhava, morreu a Maura, morreu o meu amigo ex-embaixador, morreu até o doce Mário Faustino num desastre de avião. Ninguém é imortal, com exceção de uma amiga famosa, romancista histórica, que me quis tornar imortal como ela.

Hoje, não mais se fazem aquelas constrangedoras visitas aos imortais, antes que eles morram. Pelo contrário, a afobação de um candidato à imortalidade é letal. Adoentada, sem poder sair de casa, ela me pediu pela sobrinha e secretária que fosse à sua casa buscar o seu voto. É evidente que fui, pois muito queria vê-la.

Ela me recebeu nordestinamente afável. Sentada em sua cadeira de palhinha, com ares de senhora-de-engenho, esticou-me o envelope branco:

– Toma. Aqui estão os meus votos. Agora não falemos mais em literatura. Vamos falar mal de todo mundo!

Também saí tarde de sua casa. Não deixamos pedra sobre pedra e, seguindo o conselho do ex-embaixador, só falamos mal dos ausentes, que era o restante da humanidade, pois em sua sala só havia a visitada e o visitante.

Por essas e outras, sempre admirei o Antônio Callado, que definia os personagens do nosso tempo em duas categorias: os que tinham boa presença e os que tinham péssima ausência. Boa presença era quando todos falavam bem de um sujeito presente. Péssima ausência era quando, ausente, o sujeito monopolizava a conversa, cada qual juntando um graveto para queimar na alegre pira da maledicência.

E, com aquele jeito de único inglês da vida real, Callado completava a sua frase: "O mais gostoso de tudo isso é que o bom presente e o mau ausente são sempre a mesma pessoa".

CONY, Carlos Heitor. In: SANTOS, Joaquim Ferreira dos. **As cem melhores crônicas brasileiras** (org. e int.). Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 332-334.

QUESTÃO 01

No texto “Da arte de falar mal”, Carlos Heitor Cony reflete sobre a prática da maledicência a partir de experiências pessoais e de convivência intelectual. Considerando o texto como um todo, pode-se afirmar, **EXCETO**:

- A) O autor associa o ato de “falar mal” a uma forma de convivência social e intelectual marcada pela ironia e pela cumplicidade entre amigos.
- B) O cronista utiliza episódios pessoais para construir uma crônica memorialística, mesclando humor, crítica e reflexão sobre a vida cultural brasileira.
- C) Apresenta-se a maledicência como uma prática que deve ser exercida com certas regras implícitas, como a de evitar falar mal dos presentes.
- D) No texto, defende-se explicitamente que falar mal dos outros é moralmente superior a falar bem, sendo essa a principal mensagem ética do texto.
- E) O autor recorre a personagens reais do meio literário e jornalístico para reforçar o caráter verossímil e histórico de sua narrativa.

QUESTÃO 02

A crônica de Carlos Heitor Cony articula memória pessoal, crítica cultural e ironia. Considerando os recursos discursivos e temáticos mobilizados pelo autor, assinale a alternativa que **NÃO** condiz com uma interpretação adequada do texto.

- A) O título da crônica adquire sentido ambíguo, pois “falar mal” ultrapassa a simples maledicência e se transforma em prática social, estética e intelectual.
- B) A enumeração de nomes próprios do meio literário e jornalístico contribui para a construção de um *ethos* autoral marcado pela convivência cultural e pela autoridade memorialística.
- C) O texto constrói uma crítica indireta aos regimes autoritários, ao associar o “delito de opinião” à impossibilidade de “falar bem” sem falsear a própria identidade discursiva.
- D) A crônica sustenta que a maledicência é uma virtude ética superior, defendendo-a como comportamento moralmente exemplar e universalmente desejável.
- E) O humor do texto decorre, em grande parte, do contraste entre situações aparentemente triviais e reflexões profundas sobre vida, morte e relações humanas.

QUESTÃO 03

A respeito da figura do ex-embaixador mencionada na crônica, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Ele é apresentado como alguém intelectualmente sofisticado, interessado em saberes considerados “inúteis”, mas capazes de gerar obras relevantes.
- B) Sua relação com o narrador é marcada por cumplicidade afetiva e intelectual, evidenciada pelo prazer compartilhado em “falar mal de todo mundo”.
- C) A melhora momentânea de seu estado de saúde após o encontro sugere, de forma irônica, um efeito terapêutico da maledicência.
- D) Seu discurso final, no qual só fala bem dos outros, é apresentado como coerente com a “arte de falar mal” defendida ao longo do texto.
- E) Ele é responsável por formular a regra fundamental da arte de falar mal: a de que se deve falar mal apenas dos ausentes.

QUESTÃO 04

Considere as afirmativas a seguir, a respeito da construção de sentido no texto:

- I. A recorrência da morte de personagens e instituições reforça a ideia de transitoriedade da vida e da memória cultural.
- II. A noção de “imortalidade” é tratada de modo irônico, especialmente no contexto das academias e do desejo de consagração literária.
- III. O narrador assume postura distanciada e impessoal, evitando envolver-se emocionalmente com os episódios narrados.
- IV. A crônica sugere que falar mal pode funcionar como mecanismo de sociabilidade e de afirmação de laços afetivos.

Assinale a alternativa que indica a(s) afirmativa(s)

CORRETA(S):

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I, II e IV.
- C) Apenas III e IV.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 05

No que se refere às estratégias narrativas e ao posicionamento do narrador em “Da arte de falar mal”, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O narrador constrói uma imagem de si mesmo como vítima passiva dos acontecimentos históricos, eximindo-se de qualquer responsabilidade por suas escolhas discursivas.
- B) A organização não linear do texto, marcada por saltos temporais e episódios aparentemente desconexos, contribui para reforçar o caráter memorialístico e reflexivo da crônica.
- C) A ironia presente na crônica decorre exclusivamente da oposição entre vida privada e vida pública, sem relação com o universo literário evocado.
- D) O uso recorrente do discurso direto tem como função principal conferir objetividade jornalística ao texto, neutralizando a subjetividade do narrador.
- E) A crônica estabelece uma separação rígida entre amizade e crítica, sugerindo que a maledicência inviabiliza vínculos afetivos duradouros.

QUESTÃO 06

Quanto ao trecho “*Até hoje me perguntam a razão de uma rubrica que, entre outras coisas, me levou para a prisão seis vezes por delito de opinião*”, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) O pronome relativo “que” retoma o substantivo “rubrica” e introduz uma oração adjetiva restritiva.
- B) A expressão “entre outras coisas” exerce função de adjunto adverbial de inclusão.
- C) A vírgula após “que” é obrigatória, pois isola uma oração explicativa.
- D) O verbo “levou” estabelece concordância com o núcleo do sujeito “rubrica”.
- E) A locução “por delito de opinião” funciona sintaticamente como complemento nominal de “prisão”.

QUESTÃO 07

Considerando as regras de **acentuação gráfica** e o emprego efetivo dos acentos no texto “Da arte de falar mal”, de Carlos Heitor Cony, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O acento em “**até**” justifica-se por se tratar de monossílabo tônico terminado em *e*.
- B) O acento gráfico em “**É**”, no título “*Hospício É Deus*”, decorre da necessidade de diferenciar o verbo *ser* da conjunção *e*.
- C) A forma “**já**” recebe acento por ser oxítone terminada em *a*.
- D) O acento em “**gramática**” é explicado por se tratar de proparoxítone, assim como ocorre em “**histórica**” e “**único**”, todas acentuadas obrigatoriamente.
- E) A ausência de acento em “**ideia**” decorre do fato de ser paroxítone terminada em ditongo aberto.

QUESTÃO 08

No trecho do texto: “Três horas depois, já sem febre, ele me **levou** até a porta de seu apartamento. Com os olhos de gato acesos, **olhou-me** severamente e, com o orgulho que lhe era próprio, **admitiu**: ‘Puxa! Como **falamos** mal de todo mundo!’”, analise as afirmativas a seguir sobre os verbos destacados:

- I. O verbo “levou” está na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo e na voz ativa.
- II. O verbo “olhou” está na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo e na voz ativa.
- III. O verbo “admitiu” está na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo e na voz ativa.
- IV. O verbo “falamos” está na 1ª pessoa do plural do presente do indicativo.

Assinale a alternativa que apresenta a(s) afirmativa(s) CORRETA(S):

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I, II e III.
- C) Apenas II e IV.
- D) Apenas I, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 09

No que se refere aos sinais de pontuação em “Da arte de falar mal”, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O uso da vírgula em “Mais ou menos na mesma época, recebi recado de um vizinho do Posto 6” está incorreto, pois separa indevidamente o adjunto adverbial do núcleo verbal.
- B) O dois-pontos em “me explicou: ‘Chamei você para falarmos mal de todo mundo. Falar mal é uma arte’” está correto, pois introduz a fala direta da personagem.
- C) A vírgula em “Com os olhos de gato acesos, olhou-me severamente” está incorreta, pois não se deve separar sujeito de predicado com vírgula.
- D) O ponto final, em “Hospício É Deus foi colocado à altura de Clarice Lispector, que aliás a admirava.”, deveria ser substituído por ponto e vírgula para indicar continuação do período.
- E) A ausência da vírgula em “Nem lembro mais de quem falamos mal” está incorreta, pois deve-se separar objeto indireto do verbo.

QUESTÃO 10

A respeito do trecho “os que tinham boa presença e os que tinham péssima ausência”, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O termo “os” exerce função de artigo definido, acompanhando substantivos expressos.
- B) As expressões “boa presença” e “péssima ausência” funcionam como adjuntos adnominais.
- C) O pronome relativo “que”, nas duas ocorrências, retoma “os” e introduz orações adjetivas restritivas.
- D) Há elipse do verbo “ser”, o que compromete a correção sintática do período.
- E) O paralelismo sintático é inadequado, pois os adjetivos estão em graus distintos.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

QUESTÃO 11

A linguagem formal, desenvolvida pelos lógicos, possui o objetivo de eliminar, sobretudo, três problemas causados pela linguagem comum. São eles:

- (1) ambiguidade;
- (2) vaguidade;
- (3) redundância.

Considerando o que se afirmou anteriormente, a única alternativa equivalente, na linguagem da lógica proposicional, de forma CORRETA, para a afirmação de que *não é fato que P assim como Q* é:

- A) $\neg(P \leftrightarrow Q)$
- B) $\neg(P \vee \neg Q)$
- C) $(\neg P \vee \neg Q)$
- D) $\neg(P \wedge Q)$
- E) $\neg(P \rightarrow Q)$

QUESTÃO 12

Analise as fórmulas a seguir:

- I) $A \vee \neg B$
- II) $((A \rightarrow B) \wedge B) \rightarrow A$
- III) $((A \vee B) \wedge \neg A) \wedge \neg A$
- IV) $((A \rightarrow B) \wedge (C \rightarrow D)) \wedge \neg(A \rightarrow D)$
- V) $P \rightarrow \neg(P \vee P)$

São tautologias:

- A) I e V
- B) I e III
- C) III e V
- D) Apenas I
- E) Nenhuma das anteriores

QUESTÃO 13

Dois irmãos gêmeos estudam na mesma escola. Embora sejam gêmeos idênticos, possuem personalidades muito distintas. O irmão mais jovem, que nasceu cinco minutos depois do irmão mais velho, é muito pontual. Portanto, para não se atrasar para a primeira aula, anda mais rápido e chega em apenas 20 minutos na escola. O irmão mais velho anda mais lentamente, chegando ao mesmo destino em 30 minutos. Um dia, os irmãos fizeram um desafio. Em quanto tempo o irmão mais jovem alcançaria o mais velho, caso este saia de casa com cinco minutos de vantagem?

Em relação ao problema acima, a opção **CORRETA** é:

- A) 5 minutos.
- B) A sexta parte de uma hora.
- C) Um quinto do tempo utilizado pelo irmão mais velho.
- D) 12 minutos.
- E) Nenhuma das anteriores.

QUESTÃO 14

Não levando em consideração qual o conteúdo das proposições que compõem o argumento a seguir,

$$(J \rightarrow K) \wedge (B \rightarrow A), J \vee B, (K \vee A) \rightarrow M$$

a alternativa **CORRETA** sobre a sua conclusão é:

- A) $\neg(B \leftrightarrow A)$
- B) J
- C) M
- D) $K \vee A$
- E) Nenhuma das anteriores, pois o argumento é inválido.

QUESTÃO 15

João trabalha numa floricultura. O responsável pelo estoque lhe informou que há exatamente 136 caixas de rosas no depósito. Cada caixa contém, pelo menos, 140 rosas. Nenhuma caixa contém mais de 166 rosas. Diante desses dados, João afirmou para o responsável pelo estoque que:

- A) Há 6 caixas contendo o mesmo número de rosas.
- B) Há 2 caixas contendo o mesmo número de rosas.
- C) Há 12 caixas contendo o mesmo número de rosas.
- D) Há 26 caixas contendo o mesmo número de rosas.
- E) É impossível chegar a qualquer conclusão, pois faltam dados no problema.

QUESTÃO 16

A Câmara Municipal de Porto Velho possui um repositório digital com documentos críticos: processos administrativos, relatórios do controle interno, arquivos de prestação de contas e conjuntos de dados exportados do sistema de gestão. Em auditoria recente, identificou-se risco elevado de indisponibilidade por *ransomware* (sequestro de dados) e por eventos físicos (falha de *storage*, sinistro, furto). O setor de TI foi orientado a propor uma política de *backup* que reduza a probabilidade de perda total e permita recuperação em prazo compatível com as atividades legislativas, considerando que cópias conectadas permanentemente ao servidor podem ser criptografadas pelo ataque.

Diante desse cenário, assinale a alternativa que descreve a estratégia **MAIS** adequada para compor um plano de contingência de *backups*, com foco em resiliência contra *ransomware* e desastres:

- A) Manter apenas um *backup* diário incremental em um HD externo conectado via USB ao servidor, pois a cópia incremental é mais rápida e, sendo diária, garante recuperação total do ambiente mesmo em caso de ataque.
- B) Adotar a regra 3-2-1 (três cópias dos dados, em dois tipos de mídia, com uma cópia fora do ambiente), mantendo ao menos uma cópia *offline*/imutável (por exemplo, mídia desconectada ou armazenamento com bloqueio de alteração), combinando *backup* completo periódico + incrementais/diferenciais, com política de retenção e testes regulares de restauração.
- C) Substituir *backups* por espelhamento (RAID) do *storage* principal, pois RAID elimina o risco de *ransomware* e dispensa cópias externas, uma vez que o espelho mantém sempre uma versão íntegra dos arquivos.
- D) Utilizar somente sincronização em nuvem em tempo real (pastas sincronizadas), pois a nuvem garante versionamento ilimitado sem necessidade de retenção e o *ransomware* não consegue afetar arquivos já enviados.
- E) Executar *backups* apenas quando houver atualização significativa (por demanda), já que o maior risco é o desperdício de espaço, e o excesso de cópias pode dificultar a localização do arquivo correto na restauração.

QUESTÃO 17

Na rede da Câmara Municipal de Porto Velho, a pasta \\SERVIDOR\Compras (compartilhamento de rede) armazena documentos de licitação e contratos em elaboração. Para reduzir riscos, a TI definiu as seguintes permissões:

- Permissão de compartilhamento (Share): para o grupo “SetorCompras”, foi configurado Alterar (Change).
- Permissão NTFS (na pasta): para o usuário “Ana” (membro do grupo “SetorCompras”), foi atribuído Ler e Executar; não há permissão NTFS adicional explícita para escrita.

Em um dia de trabalho, Ana acessa a pasta via Explorador de Arquivos (Windows 10) e tenta salvar um arquivo novo (um .docx) dentro de \\SERVIDOR\Compras. Considerando a forma como o Windows calcula permissões efetivas em acesso por rede, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Ana conseguirá criar e editar arquivos, pois a permissão de compartilhamento “Alterar” prevalece sobre NTFS quando o acesso é pela rede.
- B) Ana conseguirá criar arquivos, mas não poderá excluí-los, pois exclusão depende apenas de permissões de compartilhamento.
- C) Ana conseguirá salvar se utilizar “Salvar como” em vez de “Salvar”, pois a permissão NTFS limita apenas a edição, não a criação.
- D) Ana conseguirá escrever arquivos porque é membro do grupo “SetorCompras”, e a associação ao grupo sempre concede escrita independentemente do NTFS.
- E) Ana não conseguirá criar/salvar arquivos na pasta via rede, pois, no acesso remoto, a permissão efetiva resulta da combinação (mais restritiva) entre Share e NTFS, e o NTFS “Ler e Executar” não concede gravação/criação.

QUESTÃO 18

Um Auditor de Controle Interno da Câmara Municipal de Porto Velho recebe uma planilha do Excel 2016 com lançamentos de diárias e passagens. A coluna B contém o “Tipo” (DIÁRIA, PASSAGEM, OUTROS) e a coluna E contém o “Valor”. O auditor precisa calcular, em uma célula única, o total de valores apenas das linhas cujo Tipo seja “DIÁRIA” e cujo Valor seja maior que 0 (linhas com valor zerado correspondem a lançamentos cancelados e não devem entrar no total). O arquivo será compartilhado com servidores que podem ordenar a tabela e inserir novas linhas; por isso, a solução deve ser robusta e baseada em critérios.

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula **MAIS** adequada no Excel 2016 para atender ao requisito:

- A) =SOMA(E:E) pois a soma geral pode ser filtrada visualmente e o Excel ignora automaticamente valores cancelados.
- B) =CONT.SE(B:B;"DIÁRIA") pois essa função retorna a soma dos valores associados ao critério.
- C) =SOMASES(E:E;B:B;"DIÁRIA";E:E;">0") pois soma apenas os valores em E quando B é “DIÁRIA” e o valor em E é maior que zero.
- D) =MÉDIASE(B:B;"DIÁRIA";E:E) pois a média, multiplicada pela quantidade de diárias, retorna o total independentemente dos valores zerados.
- E) =PROCURAR("DIÁRIA";B:B)+SOMA(E:E) pois a busca do texto “DIÁRIA” identifica as linhas relevantes e a soma completa a agregação.

QUESTÃO 19

A Câmara Municipal de Porto Velho realizará uma audiência pública e o Analista de Comunicação preparou uma apresentação no PowerPoint 2016 com gráficos, imagens e tabelas. A apresentação será exibida em um computador do plenário e, simultaneamente, deve ser enviada por e-mail aos vereadores para leitura posterior. Em testes, observou-se que, ao abrir a apresentação em outro computador, algumas fontes foram substituídas, alterando o alinhamento e “quebrando” o *layout*. Além disso, a versão enviada por e-mail deve preservar o visual e ser facilmente visualizada mesmo por quem não tenha PowerPoint instalado.

Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta a conduta **MAIS** adequada para preservar o *layout* e ampliar a compatibilidade de visualização:

- A) Configurar a opção de incorporar (embed) fontes no arquivo do PowerPoint (quando permitido pela fonte) e, adicionalmente, exportar uma cópia em PDF para envio, garantindo preservação do *layout* e leitura ampla.
- B) Converter todas as caixas de texto em imagens por “Print Screen”, pois isso é equivalente a incorporar fontes e mantém a editabilidade do conteúdo em qualquer computador.
- C) Alterar o tema para “Office” padrão e remover todas as imagens, pois o PowerPoint preserva fontes apenas quando não há elementos gráficos no slide.
- D) Enviar o arquivo apenas no formato .ppt (97-2003), pois esse formato é universal e impede substituição de fontes em versões modernas.
- E) Copiar e colar os slides no Microsoft Word e enviar o .docx, porque o Word utiliza as mesmas fontes e garante que o layout dos slides será mantido sem alterações.

QUESTÃO 20

Um Analista Administrativo da Câmara Municipal de Porto Velho relata um problema específico: ele consegue enviar e-mails pela conta institucional normalmente, mas não consegue receber mensagens no cliente de e-mail, que exibe erro de autenticação/tempo de conexão ao tentar “sincronizar” a caixa postal. A TI confirma que o servidor de envio (SMTP) está acessível e que a senha do usuário está correta. Em testes, verificou-se que a rede do setor passou a bloquear conexões de entrada para portas antigas e não criptografadas, por política de segurança. O analista utiliza um cliente configurado com protocolo de recebimento “antigo” e sem criptografia.

Com base em protocolos de e-mail e boas práticas de segurança, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O envio e o recebimento utilizam o mesmo protocolo (SMTP). Portanto, se o envio funciona, o recebimento necessariamente deve funcionar, e o problema só pode estar no navegador.
- B) Para receber mensagens, o cliente deve usar HTTP/HTTPS. IMAP e POP são protocolos obsoletos e não são utilizados em correio eletrônico corporativo.
- C) A falha no recebimento indica que o DNS está indisponível. O e-mail sempre depende exclusivamente de DNS e, quando o DNS falha, o envio funciona, mas o recebimento não.
- D) É provável que o recebimento esteja configurado com POP3/IMAP sem criptografia (por exemplo, portas tradicionais como 110/143) e esteja sendo bloqueado pela política. A correção adequada é reconfigurar para IMAP ou POP com TLS/SSL (portas seguras usuais) conforme o serviço institucional, mantendo SMTP seguro para envio.
- E) O problema ocorre porque anexos bloqueiam a caixa postal. Para corrigir, deve-se desativar o antivírus e o *firewall* do computador do usuário e tentar novamente, pois isso desbloqueia a sincronização.

CONHECIMENTOS SOBRE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE RONDÔNIA

QUESTÃO 21

O estado de Rondônia apresenta uma economia fortemente vinculada às atividades do setor primário, com destaque para a agropecuária, o extrativismo e a piscicultura. Nos últimos anos, o estado tem se consolidado nacionalmente por sua expressiva participação em cadeias produtivas estratégicas, impulsionadas por condições naturais favoráveis, como abundância hídrica e clima adequado.

Nesse contexto, é **CORRETO** afirmar que o estado de Rondônia se destaca nacionalmente pela maior produção de:

- A) Soja destinada à exportação.
- B) Carne ovina.
- C) Peixes nativos.
- D) Café arábica.
- E) Algodão em pluma.

QUESTÃO 22

O Território Federal do Guaporé foi a denominação utilizada para a área que atualmente corresponde ao Estado de Rondônia, antes de sua elevação à categoria de estado. Essa denominação histórica faz referência a um elemento natural existente no território rondoniense, que teve importância geográfica, histórica e estratégica no processo de ocupação e delimitação regional.

Assinale a alternativa que representa **CORRETAMENTE** esse elemento natural:

- A) Um rio denominado Guaporé.
- B) Uma serra existente no estado denominada Guaporé.
- C) Um parque nacional conhecido como Guaporé.
- D) Uma planície denominada Guaporé, com características alagadiças semelhantes a um pantanal.
- E) Uma formação vegetal cuja espécie de árvore possui a denominação Guaporé.

QUESTÃO 23

A Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, inaugurada em 1º de agosto de 1912, foi um empreendimento estratégico na região Amazônica, cuja construção ocorreu em uma das áreas mais isoladas do planeta. Apesar de sua expressiva relevância histórica, a ferrovia não se encontra mais em operação nos dias atuais. Considerando o contexto histórico de sua construção, é **CORRETO** afirmar que a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré:

- A) Representou um projeto essencialmente humanitário, voltado à preservação da vida dos trabalhadores e à integração social das populações indígenas da região.
- B) Foi viabilizada principalmente por investimentos estadunidenses, interessados no controle do escoamento da borracha no vale amazônico.
- C) Constituiu referência internacional em condições de trabalho no início do século XX, cujas práticas permanecem adotadas em grandes empreendimentos contemporâneos.
- D) Teve sua construção realizada exclusivamente com capital nacional, contando com ampla participação do Exército Brasileiro na logística e execução do projeto.
- E) Destinou-se prioritariamente ao transporte de passageiros, integrando de forma permanente as regiões Centro-Oeste e Norte do país diante da precariedade das rodovias existentes.

QUESTÃO 24

O estado de Rondônia está localizado totalmente no Hemisfério Sul. Ao norte, faz fronteira com o estado do _____; no extremo oeste, limita-se em uma pequena extensão com o _____; na porção leste, faz limite com o _____; e, em sua porção oeste e sudoeste, estabelece fronteira internacional com a _____.

Assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas do texto:

- A) Amazonas – Acre – Mato Grosso – Bolívia
- B) Acre – Amazonas – Mato Grosso – Colômbia
- C) Amazonas – Mato Grosso – Acre – Bolívia
- D) Pará – Acre – Mato Grosso – Bolívia
- E) Amazonas – Acre – Pará – Bolívia

QUESTÃO 25

O estado de Rondônia abriga uma expressiva diversidade de povos indígenas, muitos deles historicamente impactados por conflitos territoriais, processos de ocupação e redução populacional. De acordo com dados do Censo Demográfico 2022, do IBGE, e levantamentos do Instituto Socioambiental (ISA), o território rondoniense reúne dezenas de povos indígenas distintos, alguns entre os menores grupos étnicos do Brasil.

Com base nesse contexto, todas as alternativas a seguir representam povos indígenas do estado de Rondônia, **EXCETO**:

- A) Suruí Paiter
- B) Karitiana
- C) Cinta Larga
- D) Yanomami
- E) Akuntsu

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 26

Com base no Regimento Interno da Câmara Municipal de Porto Velho/RO, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) Na sessão de eleição da Mesa Diretora será procedida à eleição das Comissões Permanentes.
- B) Em caso de renúncia ou destituição total da Mesa, proceder-se-á à nova eleição para completar o período do mandato, na sessão imediata àquela em que ocorrerá a renúncia ou a destituição, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes, o qual ficará investido na plenitude destas funções, desde o ato da extinção ou perda do mandato, até a posse da nova Mesa.
- C) Sendo o Presidente o renunciante, a eleição será para o 1º Vice-Presidente.
- D) Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, poderão ser destituídos de seus cargos, mediante resolução aprovada por 3/5 (três quintos), no mínimo, dos membros da Câmara, assegurando-se-lhes o direito à ampla defesa.
- E) O Presidente é o representante da Câmara, em juízo ou fora dele.

QUESTÃO 27

A Lei Orgânica do Município de Porto Velho/RO é a lei municipal fundamental, contemplando a garantia de direitos, o estabelecimento de princípios, diretrizes e direitos no âmbito deste território. Com base nos dispositivos desta Lei, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O transporte coletivo será oferecido por, no mínimo, 3 (três) empresas do ramo, assegurando-se, assim, a democratização do atendimento às necessidades da população.
- B) O Município, com prévia autorização judiciária e mediante concessão de direito real de uso, poderá transferir áreas de seu patrimônio para implantação de indústrias ou formação de distritos industriais.
- C) Nos concursos públicos será reservado percentual de no mínimo 30% (trinta por cento) dos cargos, empregos ou funções públicas para pessoas portadoras de deficiências compatíveis com atividade a ser exercida.
- D) Os órgãos colegiados, autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações administradas pelo Município terão, obrigatoriamente, entre seus diretores 50% (cinquenta por cento) de representantes eleitos pelos servidores ou empregados.
- E) Os cemitérios do Município terão caráter religioso ou secular e serão administrados pela autoridade Municipal. As associações religiosas e os particulares poderão, na forma da lei, manter cemitérios próprios, isentos de fiscalização pelo Município.

QUESTÃO 28

A Lei Complementar n. 385/2010 do Município de Porto Velho/RO estabelece o Regime Jurídico dos Servidores Públicos municipais. Com base nesse diploma normativo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) São competentes para dar posse ao servidor público municipal o Prefeito, o Secretário Municipal de Administração, mediante delegação, ou a chefia imediata do servidor, conforme o setor competente pela contratação.
- B) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- C) É de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- D) Reintegração é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- E) Reversão é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou reintegração do anterior ocupante.

QUESTÃO 29

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, estabelece importantes diretrizes sobre o tema e consolida direitos fundamentais desse grupo vulnerável. Sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O exame médico-pericial componente da avaliação biopsicossocial da deficiência de que trata a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) não poderá ser realizado com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental, sendo imprescindível a presença física do avaliado perante equipe técnica competente.
- B) Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo ou curto prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- C) A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para casar-se e constituir união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar, conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória, exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária e exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.
- D) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos, os ébrios habituais e os viciados em tóxico e aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, nos termos da lei.
- E) A pessoa com deficiência está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

QUESTÃO 30

O art. 37, *caput*, da Constituição coloca a publicidade como um dos princípios norteadores da administração pública. O art. 5º, inciso XXXIII, do texto constitucional estabelece que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Com base no tema e na Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada.
- B) As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e a do Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição.
- C) Aplicam-se as disposições da Lei de Acesso à Informação, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.
- D) Para os efeitos da lei, considera-se autenticidade a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema e integridade a qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino.
- E) Os órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público informarão ao Supremo Tribunal Federal as decisões que, em grau de recurso, negarem acesso a informações de interesse público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Sobre os poderes da administração pública, com base na legislação vigente e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O poder regulamentar atribui ao chefe do Poder Executivo a prerrogativa de criar normas quando houver uma omissão significativa do Poder Legislativo, inovando na ordem jurídica.
- B) É constitucional a delegação do poder de polícia, por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública indireta de capital social majoritariamente público que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado e em regime não concorrencial.
- C) O poder hierárquico da administração pública consiste na possibilidade de disciplinar direitos e atividades privadas para proteger o interesse público, como a fiscalização de estabelecimentos comerciais.
- D) O poder disciplinar da administração pública é definido como o poder-dever de punir as infrações cometidas pelos cidadãos no âmbito dos órgãos públicos, sendo verdadeira expressão do poder punitivo do Estado, utilizado como um sinônimo deste.
- E) A autoridade administrativa dispõe de discricionariedade para aplicar ao servidor pena diversa de demissão quando caracterizadas as hipóteses previstas em lei.

QUESTÃO 32

A Constituição atribuiu aos Tribunais de Contas funções de grande importância ao adequado controle da administração pública. Com base na legislação vigente e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.
- B) Ao Tribunal de Contas da União, no âmbito de sua competência e jurisdição, assiste o poder regulamentar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, excluindo-se responsabilidade por descumprimento.
- C) O Poder Executivo Estadual é o legitimado para a execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.
- D) O Ministério Público de Contas tem legitimidade para impetrar mandado de segurança em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.
- E) O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete apreciar e julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.

QUESTÃO 33

A atividade administrativa está condicionada ao princípio da legalidade, sendo objeto de diferentes ações para aferir sua compatibilidade a Constituição e as leis vigentes no país. O texto constitucional previu espécies de ações voltadas a essa finalidade. Sobre o tema, com base nas normas vigentes e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O acordo de colaboração deve ser celebrado pelo Ministério Público, com necessária anuência da pessoa jurídica interessada quanto aos termos do acordo e devidamente homologado pela autoridade judicial.
- B) Não há legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução civil.
- C) O Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar Ação Civil Pública que vise anular ato administrativo de aposentadoria que importe em lesão ao patrimônio público.
- D) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, em qualquer hipótese, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- E) A utilização, por qualquer ente estatal, de recursos públicos para promover comemorações alusivas ao Golpe de 1964 atenta contra a Constituição e consiste em ato lesivo ao patrimônio imaterial da União.

QUESTÃO 34

A vigência e a aplicação da lei no tempo e no espaço são disciplinadas pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). Com base neste diploma normativo, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A lei do domicílio *de cuius* regula a capacidade para suceder.
- B) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- C) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
- D) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- E) A lei do país de nascimento da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

QUESTÃO 35

Licitação é o procedimento por meio do qual a Administração Pública contrata obras, serviços, compras e alienações. A Lei n. 14.133/2021 estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sobre o tema, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) O estudo técnico preliminar consiste em documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.
- B) O diálogo competitivo é modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.
- C) É dispensável a licitação quando inviável a competição, a exemplo dos casos de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- D) Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- E) A Administração convocará regularmente o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei.

QUESTÃO 36

É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os preceitos previstos na Constituição. Sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.
- B) O partido não precisa ter caráter nacional, desde que não receba de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros nem mantenha subordinação a estes.
- C) Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com o registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.
- D) Dos recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e do fundo partidário destinados às campanhas eleitorais, os partidos políticos devem, obrigatoriamente, aplicar 10% (dez por cento) em candidaturas de pessoas pretas e pardas, nas circunscrições que melhor atendam aos interesses e às estratégias partidárias.
- E) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias e proporcionais, com vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.

QUESTÃO 37

O princípio da legalidade formal, trazido no caput do art. 5º da Constituição, não se confunde com a realização da igualdade material, ou seja, a possibilidade de iguais condições oferecidas a diferentes sujeitos, a depender das desigualdades que os acometem. Há posições de maior vulnerabilidade social que demandam especial atenção do Estado. Sobre a proteção do ordenamento jurídico nesse contexto, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) À luz do art. 227 da Constituição, que confere proteção integral da criança com absoluta prioridade e do princípio da paternidade responsável, a licença maternidade estende-se ao pai genitor monoparental.
- B) A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- C) São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.
- D) A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, exceto quando seja contratada por tempo determinado.
- E) A mãe servidora ou trabalhadora não gestante em união homoafetiva tem direito ao gozo de licença-maternidade. Caso a companheira tenha utilizado o benefício, fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.

QUESTÃO 38

Nos termos do art. 193 da Constituição, a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, **EXCETO**:

- A) Universalidade da cobertura e do atendimento, além de uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- B) Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios, bem como serviços e irredutibilidade do valor dos benefícios.
- C) Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social.
- D) Centralização da gestão e igualdade formal entre os cidadãos na forma de participação no custeio, vedada a instituição de contribuições incidentes sobre a folha salarial e o lucro.
- E) Caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

QUESTÃO 39

O Código Civil tutela os bens e suas diferentes classes. Sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Os materiais destinados a alguma construção, enquanto não forem empregados, conservam sua qualidade de móveis e não readquirem essa qualidade os provenientes da demolição de algum prédio.
- B) Os bens naturalmente divisíveis não podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei ou por vontade das partes.
- C) Perdem o caráter de imóveis, os bens materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.
- D) Consideram-se móveis, para os efeitos legais, as energias que tenham valor econômico, o direito à sucessão aberta e os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.
- E) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal não abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.

QUESTÃO 40

A Constituição do Estado de Rondônia foi promulgada em 28 de setembro de 1989 e estabelece as normas fundamentais no âmbito estadual, em consonância com a Constituição Federal. Sobre as normas constantes do texto constitucional estadual, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O município garantirá às pessoas a partir de 60 (sessenta) anos, às crianças e adolescentes, às gestantes e às pessoas com deficiência física a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.
- B) Os partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa ou em Câmara de Vereadores, as Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa, os Membros da Assembleia Legislativa, o Procurador-Geral do Estado e o Advogado-Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia são partes legítimas para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da Constituição do Estado de Rondônia.
- C) É assegurada às servidoras públicas estaduais da administração direta e indireta a licença-maternidade, sem prejuízo do cargo e remuneração, com duração de 120 (cento e vinte dias).
- D) O Conselho de Governo é o órgão superior de consulta do Governador do Estado, sob a sua presidência, e dele participam o Vice-Governador do Estado, o Presidente da Assembleia Legislativa, o Presidente do Tribunal de Justiça, o Procurador-Geral de Justiça, o Presidente do Tribunal de Contas, os Líderes da maioria e minoria, na Assembleia Legislativa, seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, de reputação ilibada, nomeados pelo Governador, sendo três de sua livre escolha e três indicados pela Assembleia Legislativa.
- E) A Constituição pode ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Assembleia Legislativa, do Governador do Estado ou de mais da metade das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros, sendo discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da Assembleia Legislativa.

QUESTÃO 41

Sobre os atos jurídicos ilícitos e a responsabilidade civil, a partir da legislação e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente, constitui ato ilícito, ainda que moralmente justificável.
- B) Na hipótese de publicação de entrevista em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística poderá, em qualquer caso, ser responsabilizada solidariamente, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- C) Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, exceto se exclusivamente moral, comete ato ilícito.
- D) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.
- E) Não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, meramente excede, ainda que manifestamente, os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

QUESTÃO 42

O Direito Tributário é o ramo do direito público que rege as relações jurídicas entre o Estado e os particulares, pessoas naturais ou jurídicas, no exercício da atividade fiscal, visando à instituição, arrecadação e fiscalização, bem como protegendo o cidadão de eventuais abusos deste poder. Sobre o tema, com base nas normas do Código Tributário Nacional e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei ou a destinação legal do produto da sua arrecadação.
- B) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
- C) Os Estados da Federação não são partes legítimas para figurar no polo passivo das ações propostas por servidores públicos estaduais, que visam o reconhecimento do direito à isenção ou à repetição do indébito relativo ao imposto de renda retido na fonte.
- D) A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.
- E) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

QUESTÃO 43

O art. 153 da Constituição elenca os impostos cuja competência para instituição recai sobre a União. Sobre estes impostos, com base nas normas constitucionais e na disciplina do Código Tributário Nacional, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) A incidência do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.
- B) Os impostos de competência da União não sofreram quaisquer alterações com a Reforma Tributária, que focou essencialmente na desburocratização do sistema por meio da redução de tributos estaduais e municipais.
- C) O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto sobre a importação, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política cambial e do comércio exterior. No entanto, a alíquota do imposto sobre a exportação não pode ser alterada pelo Executivo.
- D) Os impostos terão caráter pessoal e serão necessária e invariavelmente graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- E) O imposto sobre a propriedade territorial urbana, de competência federal, será progressivo e terá suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades desocupadas.

QUESTÃO 44

O sistema tributário nacional tem seus contornos gerais definidos na Constituição. Sobre o tema, assinale a afirmativa **CORRETA**:

- A) Compete ao Município instituir impostos sobre a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- B) Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos, observadas as disposições constitucionais quanto à legalidade e à anterioridade (art. 150, I e III da Constituição).
- C) Cabe à legislação ordinária federal dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- D) Compete à União instituir o chamado imposto sobre bens e serviços, a incidir sobre produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos de lei complementar, que poderá ter mesma base de cálculo e mesmo fato gerador de outros tributos.
- E) Para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, a União poderá instituir empréstimo compulsório por meio de lei específica, sendo que a aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório não será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição.

QUESTÃO 45

A supremacia da Constituição em face das demais normas presentes no ordenamento jurídico é garantida, entre outros fatores, pela existência de um controle de constitucionalidade, isto é, a possibilidade de se analisar se as normas infraconstitucionais estão em conformidade com o texto constitucional. Sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil não é legitimado universal para a propositura de ações do controle concentrado de constitucionalidade, conforme art. 103 da Constituição, sendo necessária comprovação de pertinência temática.
- B) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo estadual.
- C) No caso de lei municipal, sendo cabível Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Tribunal de Justiça e também Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) perante o Supremo Tribunal Federal, o legitimado deve propor ADPF, ficando prejudicada a ADI.
- D) Conforme dispõe a Constituição Estadual de Rondônia, quando o Tribunal de Justiça apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo estadual, citará previamente o Procurador-Geral do Estado ou o Procurador-Geral da Assembleia Legislativa, que defenderá o ato ou o texto impugnado ou, em se tratando de norma municipal, o Prefeito, para a mesma finalidade.
- E) Reconhecida a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma da Constituição Estadual, a decisão será comunicada ao poder competente para adoção das providências necessárias à prática do ato ou início do processo legislativo ou administrativo, para emití-lo em cento e oitenta dias, sob pena de responsabilidade.

QUESTÃO 46

O mandado de segurança é previsto no texto constitucional visando proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas-corpus* ou *habeas-data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público. Com base nas normas vigentes e no entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Suspende-se o processo de mandado de segurança se o impetrante não promove, no prazo assinado, a citação do litisconsorte passivo necessário.
- B) A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- C) Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.
- D) Controvérsia sobre matéria de direito impede concessão de mandado de segurança.
- E) Do indeferimento da inicial do mandado de segurança pelo juiz de primeiro grau cabe agravo de instrumento.

QUESTÃO 47

Execução Fiscal é um mecanismo que possibilita a recuperação de créditos pelo Estado em face de pessoas físicas ou jurídicas. Sobre o tema, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- A) No prazo dos embargos, o executado deverá alegar toda matéria útil à defesa, requerer provas e juntar aos autos os documentos e rol de testemunhas, até três, ou, a critério do juiz, até o dobro desse limite, sendo admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.
- B) A execução fiscal poderá ser promovida contra o devedor, o fiador, o espólio, a massa, o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado e os sucessores a qualquer título.
- C) A sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, os embargos à execução fiscal está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- D) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.
- E) Em caso de pluralidade de domicílios ou de pluralidade de devedores, dispõe o Fisco da faculdade de ajuizar a ação no foro de qualquer um deles. Por outro lado, como alternativa para todas as opções acima, reserva-se ao Fisco a faculdade de eleger ou o foro do lugar em que se praticou o ato, ou o do lugar em que ocorreu o fato que deu origem à dívida, ou, ainda, o foro da situação dos bens de que a dívida se originou.

QUESTÃO 48

Construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, bem como promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação são alguns dos objetivos da República, tratados no art. 3º da Constituição. A proteção de grupos vulnerabilizados está diretamente relacionada a estes objetivos. Com base nas normas que tutelam os direitos desses grupos e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidoras, necessariamente do sexo feminino, previamente capacitados, nos termos da Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2016).
- B) Os menores de 16 anos, os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, são absolutamente incapazes.
- C) Considerando que a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2016) foi editada para proteger a mulher contra violência doméstica, a partir da compreensão de subordinação cultural da mulher na sociedade, é possível estender a incidência da norma aos casais homoafetivos do sexo masculino, se estiverem presentes fatores contextuais que insiram o homem vítima da violência na posição de subalternidade dentro da relação.
- D) À pessoa com deficiência internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante ou a atendente pessoal, devendo o órgão ou a instituição de saúde proporcionar condições adequadas para sua permanência, desde que em tempo parcial, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015).
- E) É constitucional a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta aos candidatos negros. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação e análise familiar, desde que respeitada a dignidade da pessoa humana, dispensado o contraditório e a ampla defesa.

QUESTÃO 49

“As Favelas e Comunidades Urbanas são territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade. Em muitos casos, devido à sua origem compartilhada, relações de vizinhança, engajamento comunitário e intenso uso de espaços comuns, constituem identidade e representação comunitária.” (IBGE. Favela e Comunidade Urbana. 2024)

A temática dos direitos humanos envolve não apenas a moradia, mas também a proteção da pluralidade de direitos dos cidadãos em torno do seu lar. Sobre o tema, tomando como base os direitos das pessoas moradoras de favelas, o direito das vítimas de violência do Estado, bem como a jurisprudência do Sistema Interamericano de Direitos Humanos e dos Tribunais Superiores brasileiros, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) No Caso Favela Nova Brasília, a Corte Interamericana de Direitos Humanos entendeu que houve violação do direito de circulação e residência das três mulheres vítimas de estupro.
- B) Na hipótese de atuação policial deparar-se com indivíduo considerado de “atitude suspeita”, e, ao abordá-lo, sem elementos objetivos que justifiquem o procedimento, encontrar porções de drogas ilícitas consigo, resultando em prisão em flagrante, as provas obtidas em decorrência da medida são ilícitas, uma vez que a busca pessoal tem uma finalidade legal de produção de provas e não devem ser pautadas em suspeição genérica, sendo possível responsabilização penal dos policiais envolvidos.
- C) Na ADPF 635 (ADPF das Favelas) o Supremo Tribunal Federal entendeu que, no caso da realização de operações policiais em perímetros nos quais estejam localizados escolas, creches, hospitais ou postos de saúde, há restrições territoriais por perímetro à ação policial, não sendo possível a realização de ações a menos de 1 km (um quilômetro) destes equipamentos urbanos.
- D) É ilícita a realização de buscas domiciliares coletivas, generalizadas e indiscriminadas, por meio de "varreduras" de várias residências existentes nas proximidades do local da abordagem policial, uma vez que a vedação à pesca probatória (fishing expeditions), decorrente do art. 243, I, do CPP, também deve ser aplicada à busca domiciliar não precedida de mandado, exceto em situações de casas conjugadas ou contíguas, presentes em comunidades ou aglomerados urbanos.
- E) A Corte Interamericana de Direitos Humanos não condenou o Brasil no Caso Favela Nova Brasília, uma vez que não houve esgotamento prévio dos recursos internos.

QUESTÃO 50

“Os direitos humanos consistem em um conjunto de direitos considerado indispensável para uma vida humana pautada na liberdade, igualdade e dignidade.” (RAMOS, André de Carvalho. *Curso de Direitos Humanos*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.)

Considerando a especial proteção trazida pela Constituição aos direitos humanos e fundamentais, os instrumentos internacionais de proteção desses direitos e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa **INCORRETA** quanto à proteção de pessoas LGBT no ordenamento jurídico brasileiro:

- A) Não deve haver qualquer óbice jurídico que represente restrição ou limitação ilegítima, ainda que meramente potencial, à liberdade do ser humano para exercer sua identidade de gênero e se orientar sexualmente, pois essas faculdades constituem inarredáveis pressupostos para o desenvolvimento da personalidade humana. Ao Estado incumbe apenas o reconhecimento da identidade de gênero; a alteração dos assentos no registro público, por sua vez, pauta-se unicamente pela livre manifestação de vontade da pessoa que visa expressar sua identidade de gênero.
- B) Até que sobrevenha lei emanada do Congresso Nacional destinada a implementar os mandados de criminalização definidos nos incisos XLI e XLII do art. 5º da Constituição da República, as condutas homofóbicas e transfóbicas, reais ou supostas, que envolvem aversão odiosa à orientação sexual ou à identidade de gênero de alguém, por traduzirem expressões de racismo, compreendido este em sua dimensão social, ajustam-se, por identidade de razão e mediante adequação típica, aos preceitos primários de incriminação definidos na Lei nº 7.716, de 08/01/1989, constituindo, também, na hipótese de homicídio doloso, circunstância que o qualifica, por configurar motivo torpe (Código Penal, art. 121, § 2º, I, “in fine”).
- C) O conceito de racismo, compreendido em sua dimensão social, projeta-se para além de aspectos estritamente biológicos ou fenotípicos, pois resulta, enquanto manifestação de poder, de uma construção de índole histórico-cultural motivada pelo objetivo de justificar a desigualdade e destinada ao controle ideológico, à dominação política, à subjugação social e à negação da alteridade, da dignidade e da humanidade daqueles que, por integrarem grupo vulnerável (LGBTI+) e por não pertencerem ao estamento que detém posição de hegemonia em uma dada estrutura social, são considerados estranhos e diferentes, degradados à condição de marginais do ordenamento jurídico, expostos, em consequência de odiosa inferiorização e de perversa estigmatização, a uma injusta e lesiva situação de exclusão do sistema geral de proteção do direito.
- D) O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação da vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa. Essa alteração deve ser averbada à margem no assento de nascimento, sendo vedada a inclusão do termo “transexual”.
- E) A repressão penal à prática da homotransfobia alcança o exercício da liberdade religiosa, a cujos fiéis e ministros é assegurado o direito de pregar e de divulgar, livremente, pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, o seu pensamento e de externar suas convicções de acordo com o que se contiver em seus livros e códigos sagrados, desde que em espaço privado, de sua atuação individual ou coletiva, uma vez que tais manifestações configuram, invariavelmente, discurso de ódio, assim entendidas aquelas exteriorizações que incitem a discriminação, a hostilidade ou a violência contra pessoas em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero.

INSTRUÇÃO: Leia os textos motivadores.

TEXTO 01

Pesquisa revela que 9 entre 10 brasileiros se automedicam

Farmacêuticos alertam que a automedicação pode mascarar doenças graves e retardar o tratamento adequado

Uma pesquisa recente do Instituto de Ciência, Tecnologia e Qualidade (ICTQ) revelou um cenário alarmante: no Brasil, 86% dos entrevistados admitiram tomar medicamentos sem orientação de um prescritor. Esse hábito preocupante, que afeta, segundo a pesquisa, principalmente mulheres, pessoas economicamente ativas e com maior nível de instrução, pode acarretar sérias consequências para a saúde.

O estudo destacou que a automedicação é mais comum em casos de dor de cabeça, gripes, resfriados, febre e dores musculares. Além disso, muitos brasileiros recorrem a essa prática para problemas como ansiedade, insônia, estresse e perda de peso.

A facilidade de acesso à informação pela internet também influencia, com 68% dos entrevistados admitindo recorrer à rede para obter orientações sobre saúde.

Farmacêuticos alertam que a automedicação pode mascarar doenças graves e retardar o tratamento adequado, o que pode levar a complicações ainda maiores. É crucial conscientizar a população sobre os riscos associados à automedicação e promover a busca por orientação profissional em questões de saúde.

(CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Disponível em: <https://site.cff.org.br/noticia/Noticias-gerais/23/04/2024/pesquisa-revela-que-9-entre-10-brasileiros-se-automedicam>. Acesso em janeiro de 2026)

TEXTO 02

Automedicação: Os riscos que essa prática causa à saúde e a importância do farmacêutico na atenção farmacêutica

A automedicação no Brasil teve origem no período colonial, em plena colonização portuguesa. Na época, a saúde ficava nas mãos dos boticários, que prescreviam receitas sem embasamento científico para a população (Nunes G. M., 2015). Dois séculos depois, muitos brasileiros se dirigem diretamente às farmácias para solucionar problemas de saúde, como dores de cabeça e crises de hipertensão arterial. Porém, longe de ser apenas uma prática cultural, a automedicação é responsável pela morte de 20 mil pessoas por ano no país, segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (Abifarma) (CORREIO BRAZILIENSE, 2010).

De acordo com a Revista de Associação Médica Brasileira (RABM, 2001), em alguns países, com sistema de saúde pouco estruturado, a ida à farmácia representa a primeira opção procurada para resolver um problema de saúde, e a maior parte dos medicamentos consumidos pela população é vendida sem receita médica. Contudo, mesmo na maioria dos países industrializados, vários medicamentos de uso mais simples e comuns estão disponíveis em farmácias, drogarias ou supermercados, e podem ser obtidos sem necessidade de receita médica (analgésicos e antitérmicos, por exemplo).

A automedicação é um problema multicausal, estimulada pela facilidade de adquirir medicamentos, por propagandas de *marketing* que impulsionam as pessoas a comprarem medicamentos sem necessidade, por indicações de amigos e familiares, pelo fácil acesso através de compras na internet; porém, essa prática traz consequências desagradáveis, causadas pelo uso irregular de medicamentos (DHAMER *et al*, 2012).

A dificuldade e o custo de se conseguir uma opinião médica, a limitação do poder prescritivo (restrito a poucos profissionais de saúde), o desespero e a angústia desencadeados por sintomas ou pela possibilidade de se adquirir uma doença, informações sobre medicamentos obtidos na internet ou em outros meios de comunicação, a falta de regulamentação e fiscalização daqueles que vendem e a falta de programas educativos sobre os efeitos muitas vezes irreparáveis da automedicação, são alguns dos motivos que levam as pessoas a utilizarem medicamento por conta própria (RABM, 2001).

Vale salientar que o uso irracional de medicamentos poderá gerar efeitos adversos, desde mascaramento de doenças evolutivas, intoxicação e até a morte. Como por exemplo os anti-inflamatórios não

esteroidais (AINES), que provocam problemas no trato gastrointestinal e possuem alta nefrotoxicidade (ARRAIS *et al*, 2016).

Alguns autores citam que a ingestão irregular de medicamentos são os maiores responsáveis pelas causas de intoxicação, fato este que é relacionado com o apelo das publicidades irregulares, facilidade de compra e deficiência dos programas educativos em saúde, o que leva ao uso indiscriminado de remédios (MOTA *et al*, 2012).

A atuação do farmacêutico na atenção farmacêutica tem crescido e sido notada como fundamental para prevenir, identificar e resolver os problemas relacionados ao uso do medicamento.

A Assistência Farmacêutica (AF) é o conjunto de ações voltadas à promoção, à proteção e à recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo-se o medicamento como insumo essencial, visando ao acesso e ao seu uso racional. Esse conjunto envolve a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como a sua seleção, programação, aquisição, distribuição, dispensação, garantia da qualidade dos produtos e serviços, acompanhamento e avaliação da sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população.

Já a Atenção Farmacêutica é a interação direta do farmacêutico com o usuário, visando a uma farmacoterapia racional e à obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados para a melhoria da qualidade de vida (BRASIL, 2004). É um serviço prestado por meio de uma consulta com o paciente, para que ele tenha, a partir do uso correto de medicamentos, resultados positivos, com melhora da sua saúde e da qualidade de vida.

(MOURA, Elionara Félix de. Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Faculdade de Farmácia. Natal (TCC), 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/f67dd993-aa94-4adf-8d2d-ab27be3fc297/content>. Acesso em janeiro de 2026 – Texto adaptado)

PROPOSTA DE REDAÇÃO

Tomando por base os dois textos lidos, e tendo em vista a afirmação presente no Texto 01 de que “Esse hábito preocupante [...] afeta [...] principalmente mulheres, pessoas economicamente ativas e com maior nível de instrução”, **ESCREVA** um texto dissertativo-argumentativo **DISCUTINDO** alguns riscos da automedicação e como uma educação em saúde pode combater esse hábito. **APONTE** e **DISCUTA**, no seu texto, no mínimo três ações educativas que podem ser operacionais.

FOLHA DE RASCUNHO (REDAÇÃO)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**ATENÇÃO:
AGUARDE AUTORIZAÇÃO
PARA VIRAR O CADERNO DE PROVA.**